

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA – GSF

PORTARIA CONJUNTA SEFAZ/CGE Nº 001/2012

Teresina (PI), 27 de março de 2012

Define os componentes, atribuições e funcionamento do Grupo de Procedimentos Contábeis do Piauí – GTCON/PI.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ E CONTROLADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões das Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants – IFAC* (Federação Internacional de Contadores);

CONSIDERANDO a edição, por parte do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que buscam orientar e normatizar o citado processo de convergência no âmbito da Contabilidade Pública;

CONSIDERANDO as Portarias nº 751/2010 e nº 467/2009, da Secretaria do Tesouro Nacional, que introduziram modificações no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, de observância facultativa pelos Estados a partir de 2010 e, obrigatória, a partir de 2012, implicando, inclusive, a necessidade de adequação ao novo modelo de Plano de Contas Aplicável ao Serviço Público – PCASP;

CONSIDERANDO o decreto Nº 14.554 de 05 de agosto de 2011 que institui o Grupo de Procedimentos Contábeis do Piauí – GTCON/PI,

RESOLVE:

Art. 1º O Grupo de Procedimentos Contábeis do Piauí – GTCON/PI será composto por Bacharéis em Ciências Contábeis, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade, lotados na Secretaria da Fazenda e na Controladoria Geral do Estado, conforme indicação abaixo:

1. Deusarina Batista dos Santos
2. Ronald Soares Silva
3. Sidrack Sidney Soares de Souza
4. Tullio Herbeth Teixeira Moraes
5. Amauri Tavares Cavalcante
6. Francisco Feitosa Araújo,
7. Jarbas Oliveira de Souza, e
8. Walter de Sousa Setúbal.

Parágrafo único. A coordenação do GTCON/PI ficará a cargo dos representantes da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ/PI

Art. 2º São atribuições do GTCON/PI:

I – Avaliar a compatibilidade de implementação das novas normas de contabilidade aplicada ao setor público no sistema integrado de administração financeira para estados e municípios – SIAFEM, atual sistema utilizado pelo Estado do Piauí, ou a outro que vier substituí-lo;

II – Acompanhar e avaliar a transposição do saldo das contas contábeis atuais para as do novo Plano de Contas Aplicável ao Setor Público - PCASP, Volume IV, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

III – Adaptar o sistema para as particularidades do Estado, quanto a administração orçamentária, financeira e patrimonial;

IV – Emitir recomendações e/ou orientações para as Unidades Gestoras, quanto às avaliações, reavaliações, depreciações e demais movimentações que afetem o patrimônio do Estado;

V – Acompanhar e avaliar os balanços, demonstrativos e anexos previstos na legislação, nos manuais e demais normas contábeis aplicadas ao setor público;

VI – Emitir recomendações nos treinamentos do sistema;

VII – Definir procedimentos contábeis relativos à contabilização da receita tributária de impostos estaduais no regime de competência;

VIII – Analisar e emitir recomendações e/ou orientações não incluídas nos itens acima, mas que possam influir diretamente ou indiretamente na contabilidade do Governo Estadual.

Art. 3º O Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Piauí – GTCON/PI terá caráter deliberativo e consultivo, por meio de recomendação, e deverá nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências entre os diversos grupos de interesse, em benefício da gestão pública estadual

§ 1º Os trabalhos do Grupo de Procedimentos Contábeis do Piauí – GTCON/PI realizar-se-ão durante o horário de expediente normal e/ou excepcionalmente em horário extraordinário, sem prejuízo das demais atribuições do cargo.

§ 2º Devido à acumulação das atribuições desta portaria com as demais do cargo exercido e disponibilidade dos membros para escala de trabalho em turno extraordinário, é devido ao servidor retribuições pecuniária proporcional às responsabilidades assumidas.

Art. 4º Eventuais dúvidas e esclarecimentos deverão ser dirimidos pela Coordenação do GTCON/PI.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina (PI), 27 de março de 2012

ANTONIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA
SECRETARIO DA FAZENDA

ANTONIO LUIZ MEDEIROS DE ALMEIDA FILHO
CONTROLADOR GERAL



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA/GAB Nº. 000116/2012.

Teresina (PI), 28 de março de 2012.

A Secretária de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1. CONSIDERANDO, a constatação de impedimento pela Presidente da Comissão no Processo Seletivo ao Programa de Mestrado em Ciências da Saúde da UESPI/FACIME/SESAPI (Edital 02/2011), a Secretária de Estado da Saúde, determina a destituição da Comissão constituída pela Portaria Nº 0062/2012, de 10 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 39, de 28 de fevereiro de 2012, ficando constituída nova Comissão que deverá proceder a reavaliação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

2. Os critérios a serem utilizados para a nova avaliação serão os mesmos utilizados pela comissão anterior, realizada com base nas orientações do CAPES, Instituição que avalia os Cursos de Pós-Graduação "Strictu Sensu".

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ, EM TERESINA-PI.

Cientifique-se;
Cumpra-se;
Publique-se.

LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS
Secretária de Estado da Saúde do Piauí

OF. 398

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Concorrência Pública Nº 01/2012

A Prefeitura Municipal de Água Branca – Piauí, por intermédio de sua CPL, torna publico que está recebendo documentação e propostas para a licitação na modalidade Concorrência, empreitada integral, tipo menor preços, cujo objetivo é a contratação de empresa para execução dos serviços de implantação do **Sistema de Esgotamento Sanitário**, a abertura ocorrerá às 09h00min do dia 14/05/2012, maiores informações na sede da Prefeitura localizada na Av. João Ferreira, 555, Água Branca – PI.

Água Branca, 26 de março de 2012

Antonio Moraes Sobral Neto
Presidente CPL

Concorrência Pública Nº 02/2012

A Prefeitura Municipal de Água Branca – Piauí, por intermédio de sua CPL, torna publico que está recebendo documentação e propostas para a licitação na modalidade Concorrência, tipo menor preços, cujo objetivo é a contratação de empresa para execução dos serviços de construção do Terminal Rodoviário do município de Água Branca-PI, a abertura ocorrerá às 09h00min do dia 30/04/2012, maiores informações na sede da Prefeitura localizada na Av. João Ferreira, 555, Água Branca – PI.

Água Branca, 26 de março de 2012

Antonio Moraes Sobral Neto
Presidente CPL

P. P. 13964



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
GABINETE DA REITORIA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00904/2012 - UESPI
ATO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2011.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI
CONTRATADA(O): R. SILVA E SOUZA LTDA - ME.
OBJETO: Prorrogação a vigência do Contrato nº 005/2011, passando a vigor por mais 12 (doze) meses a partir de 10 de março de 2012.
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 10 de março de 2012.
SIGNATÁRIOS: CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA, contratante e o contratado R. SILVA E SOUZA LTDA.
INFORMAÇÕES: DMSG/UESPI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01340/2012 - UESPI
ATO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2011.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI
CONTRATADA(O): EMPRESA CENTER GRÁFICA E EDITORA LTDA.
OBJETO: Prorrogação a vigência do Contrato nº 006/2011, passando a vigor por mais 12 (doze) meses a partir de 10 de março de 2012.
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 10 de março de 2012.
SIGNATÁRIOS: CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA, contratante e a contratada EMPRESA CENTER GRÁFICA E EDITORA LTDA.
INFORMAÇÕES: DMSG/UESPI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01341/2012 - UESPI
ATO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2011.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI
CONTRATADA(O): EMPRESA ODIMILSON ALVES PEREIRA (PIAUIPEL EMBALAGENS E SERVIÇOS).
OBJETO: Prorrogação a vigência do Contrato nº 007/2011, passando a vigor por mais 12 (doze) meses a partir de 10 de março de 2012.
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 10 de março de 2012.
SIGNATÁRIOS: CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA, contratante e a contratada EMPRESA ODIMILSON ALVES PEREIRA (PIAUIPEL EMBALAGENS E SERVIÇOS).
INFORMAÇÕES: DMSG/UESPI.

OF. 219



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ - SETUR
COMISSÃO ESPECÍFICA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO DO CONTRATO Nº 034/2009

PROCESSO: 056/2009
CARTA CONVITE: Nº 015/2009
CONTRATANTE: SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONTRATADA: COSTA E MEDEIROS LTDA
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/2009
OBJETO: Resolve prorrogar de Ofício a vigência do Contrato de nº 034/2011
ASSINATURAS: SILVIO ROBERTO COSTALEITE (Secretário), pela Secretaria de Turismo do Estado do Piauí – SETUR, e JULIO CÉSAR MEDEIRO COSTA (representante legal) pela COSTA E MEDEIROS LTDA.

Carlos Augusto do Vale Lopes
Comissão de Licitação
Presidente

OF. 346

EXTRATO DO QUINTO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 024/2010

CONTRATANTE: SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO - SETUR
CONTRATADA: L & J SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. ME
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93
OBJETO: Alteração de valor e prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 024/2010.
SIGNATÁRIOS: SILVIO ROBERTO COSTALEITE (Secretário), pela Secretaria do Turismo do Estado do Piauí – SETUR e LUCIANO VIEIRA DE CARVALHO (Representante Legal) pela empresa L & J SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. ME.

Carlos Augusto do Vale Lopes
Presidente da Comissão de Licitação

OF. 329



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO

SIMPLIFICADO AO CONTRATO: 043/2009

OBJETO: Modificar a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do contrato nº 043/2009 – DA VIGÊNCIA, prorrogando-se o termo final para 31 de Dezembro de 2012.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei complementar 101/2000, Termos da Lei 8.666/93 e as demais leis vigentes,

SIGNATÁRIOS: MARCOS AURELIO PÁDUA RIBEIRO

GONÇALVES DE SAMPAIO, Presidente da Fundação dos Esportes do Piauí – FUNDESPI e a VANGUARDA ENGENHARIA LTDA.

Teresina, 28 de Março de 2012

Marcos Aurélio Pádua Ribeiro Gonçalves de Sampaio
Presidente da Fundação dos Esportes do Piauí - FUNDESPI

OF. 105



ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ORGANIZADAS
CNPJ: 06.032.771/0001-47

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2012-AMOR

OBJETO: Construção de 50 unidades habitacionais pelo Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social.

FONTE DE RECURSOS: Contrato de Repasse N.º 0342424-43/2010 / MINISTERIO DAS CIDADES / CAIXA / AMOR.

EDITAL: A aquisição do Edital far-se-á, a partir de 02/04/ 2012, junto à sede da Associação das Mulheres Organizadas - AMOR, Assentamento Lagoa Nova zona rural do município de Curralinhos, das 08:00hs às 11:00hs.

ENTREGA DE ENVELOPES E SESSÃO DE HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO: A entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta e a Sessão de Habilitação acontecerá às 9:00hs do dia 18/04/2012, na sala de Licitações da Sede da AMOR, no Assentamento Lagoa Nova na zona rural do município de Curralinhos – PI.

Curralinhos – PI, 27 de março de 2012.

EDILENE LIMADACUNHA
Presidente da CPL/AMOR

P.P. 13970

HOSPITAL ESTADUAL DEOLINDO COUTO – OEIRAS-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Regional Deolindo Couto em Oeiras-PI, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº001/12, do tipo menor preço e adjudicação por lote, em 12/04/2012 às 13:00h, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza (comum e hospitalar) e material de copa e cozinha. Recurso: Fundo Estadual de Saúde.

O Hospital Regional Deolindo Couto em Oeiras-PI, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº002/12, do tipo menor preço e adjudicação por lote, em 12/04/2012 às 14:00h, tendo como objeto a aquisição de combustível, gás de cozinha e óleo lubrificante. Recurso: Fundo Estadual de Saúde.

O Hospital Regional Deolindo Couto em Oeiras-PI, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº003/12, do tipo menor preço e adjudicação por lote, em 12/04/2012 às 15:00h, tendo como objeto a aquisição de material de expediente e impresso gráfico. Recurso: Fundo Estadual de Saúde.

Oeiras-PI, 26 de março de 2012

Presidente da CPL

OF. S/N

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2012-HPM

REFERÊNCIA: ADESAO CARONA - Registro de Preço - Fundação Municipal de Saúde-Teresina

ESPECIE: Extrato do Contrato celebrado entre o Estado do Piauí, por intermédio do Hospital da Polícia Militar e a empresa: **BIOLINE IND.**

COM.IMP.E EXP.DE FIOS CIRURGICOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar.

VALOR: O valor estimado de R\$ 100.0000,00 (Cem mil reais)

FONTE DE RECURSOS: 00 e 12 (Tesouro Estadual e Recursos Próprios).

VIGÊNCIA: O Contrato terá por vigência a data de assinatura até o dia 31.12.2012, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

SIGNATÁRIOS: Gerardo Rebelo Filho, Cel PM, Diretor Geral do HPMPi e Valdecir Ribeiro do Monte Palma – Representante da Contratada.

OF. 190



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS-PCEP

ESPÉCIE: Protocolo de Cooperação Entre Entes Públicos-PCEP celebrado entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARNAÍBA-PI e a SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO PIAUÍ.

OBJETO: Formalizar a relação entre os gestores do SUS, contemplando a definição e oferta de serviços de saúde e forma de pagamento da Unidade Hospital Regional Dirceu Arcoverde sob Gestão Municipal e Gerência Estadual, definindo o papel da unidade de saúde no sistema municipal integrando-o à rede de forma regionalizada e hierarquizada de acordo com a abrangência e o perfil inerente a cada unidade de saúde, conforme Plano Operativo definido entre as partes.

VIGÊNCIA: 12 meses, da assinatura.

VALOR: Valor mensal de R\$ 450.934,02.

FONTE DE RECURSOS: MAC/Ministério da Saúde.

DATA DE ASSINATURA: 22.03.12.

SIGNATÁRIOS: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS – Secretária Estadual de Saúde; ILVANETE TAVARES BELTRÃO – Secretária Municipal de Saúde de Parnaíba.

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO Nº 52/12

ESPÉCIE: I Termo Ex-Ofício de Prorrogação de Vigência ao Convênio Nº 05/11 por atraso na liberação de recursos, celebrado entre a SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ e a ONG – COLETIVO DE GAYS MIRINDIBA.

OBJETO: Prorrogar a vigência original do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros por 274 dias, passando o término da vigência para o dia 31.12.12, quando deverá ser encaminhada a Prestação de contas.

DATA DE ASSINATURA: 26.03.12.

SIGNATÁRIOS: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS – Secretária de Estado da Saúde do Piauí.

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO Nº 53/12

ESPÉCIE: I Termo Ex-Ofício de Prorrogação de Vigência ao Convênio Nº 06/11 por atraso na liberação de recursos, celebrado entre a SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ e a ONG – ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE UMBANDA OFICINA DO AMOR.

OBJETO: Prorrogar a vigência original do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros por 183 dias, passando o término da vigência para o dia 30.09.12, quando deverá ser encaminhada a Prestação de contas.

DATA DE ASSINATURA: 26.03.12.

SIGNATÁRIOS: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS – Secretária de Estado da Saúde do Piauí.

OF. 386



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO N.º 003/SSP-PI/2012

CONTRATANTE: ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

CONTRATADA(S): CONSTRUTORA UNIÃO LTDA, EMPRESA INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 23.501.737/0001-93

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONVITE N.º 001/ SSP- PI/2012.



PROCESSO: N.º 188/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DO PRÉDIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA CIDADE DE LUZILANDIA-PI.

PRAZO DE VIGÊNCIA: LAPSO TEMPORAL DE 60(SESSENTA) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO.

VALOR: R\$ 46.738,38 (QUARENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).

FONTE DE RECURSO: 00; ELEMENTOS DE DESPESA: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES; CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA: 12101.06.181.09.2.197

DATA DE ASSINATURA: 20.03.2012.

ROBERT RIOS MAGALHÃES
Secretário de Estado da Segurança Pública

OF. 075

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Expirado o prazo recursal, comunico a homologação e a adjudicação referente do Convite n.º 001/SSP-PI/2012, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA CIDADE DE LUZILANDIA-PI ficando convocada a licitante vencedora do certame, empresa CONSTRUTORA UNIÃO LTDA (CNPJ N.º 23.501.737/0001-93), através de seu representante legal, para a assinatura do contrato, nos termos do art. 64, *caput*, da lei n.º 8.666/93, sob as penalidades da lei.

Teresina, 16 de março de 2012.

Robert Rios Magalhães
Secretário de Segurança Pública do Piauí

OF. 074

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º 3053/SSP-PI/2011
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/SSP-PI/2012

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CÂMARAS REFRIGERADORAS PARA CONSERVAÇÃO DE CADÁVERES E GRUPO GERADOR CABINADO DIESEL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO INSTITUTO MEDICO LEGAL – IML NA CAPITAL TERESINA(PI) E POSTO AVANÇADO NA CIDADE DE PARNAÍBA(PI).

TIPO: Menor preço por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 03/04/2012 até as 08h00min do dia 17/04/2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h:00min do dia 17/04/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 17/04/2012.

LOCAL: sessão pública por meio da internet, no endereço <https://www.licitacoes-e.com.br>, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site <https://www.licitacoes-e.com.br>, a partir do dia 03/04/2012.

INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de licitações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí. Pregoeiro: Antonio Francisco Gomes Cortez. End: Rua Tersandro Paz, nº 3150, Bairro Piçarra - Teresina/PI, CEP: 64.015-015, Fone/Fax: (86) 3223-2567. Endereço eletrônico: cpl@ssp.pi.gov.br

OBS. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Teresina, 26 de março de 2012.

Antonio Francisco Gomes Cortez
Pregoeiro da SSP/PI

OF. 073



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 01/2012 – CPL

A Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí, torna público, para conhecimento dos interessados, que homologado o procedimento licitatório realizado na modalidade Concorrência n.º 01/2012-CPL, adjudica o objeto de execução das obras e serviços de Recuperação e Revitalização do Parque Potycabana, em Teresina-PI à empresa SOFERRO CONSTRUTORA LTDA, no valor de R\$ 5.524.069,85 (cinco milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Publique-se.

Teresina (PI), 28 de março de 2012.

José Dias de Castro Neto
Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí

AVISO DE JULGAMENTO PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2012 – COEL

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí – SEINFRA torna público e para conhecimento dos interessados, que após exame da proposta de preço apresentada pela empresa participante e habilitada no pleito relativo à Tomada de Preços n.º 03/2012 – COEL, realização de levantamento de campo, de avaliação dos serviços executados e dos materiais aplicados e/ou estocados na obra de construção do sistema adutora do sudeste piauiense, referente aos trechos EE-01 a cidade de Padre Marcos, EE-01 a EE-02 a cidade de Francisco Macêdo, EE-02 a cidade de Marcolândia e da cidade de Marcolândia a cidade de Caldeirão Grande, bem como proceder a elaboração do orçamento para a conclusão destes trechos pertencente ao Sistema Adutora do Sudeste, neste Estado, obedecido os critérios de julgamento prescrito no Edital, chegou-se ao seguinte resultado de classificação final da proposta: Empresa Classificada: 1º lugar: Adriano Melo Arquitetura e Urbanismo Ltda, com o valor global de R\$ 123.945,61 (cento e vinte e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos).

Teresina (PI), 28 de março de 2012.

Helder da Costa Borba
Presidente da Comissão Especial de Licitações-COEL

OF. 241



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ



EXTRATO DE ADITIVOS DE CONTRATOS - PROJUR/2012

TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO N.º 04/10
CONTRATANTE: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí - ADAPPI
CONTRATADA: Maria do Socorro Carvalho Lages
OBJETO: Locação de Imóvel em Esperantina-PI.
VALOR: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93 e Código Civil Brasileiro.
DATA: 18/02/2012

TERMO ADITIVO N.º 01 ao Contrato N.º 03/11
CONTRATANTE: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí - ADAPPI
CONTRATADO: CW SYSTEMS
OBJETO: Prorrogação do Contrato N.º 03/11 por mais 12 (doze) meses e o seu reajuste com o valor mensal, referente à prestação de serviços de manutenção da página eletrônica (web site) da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPPI.
VALOR MENSAL: R\$ 518,66 (Quinhentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: inciso II, art. 25, c/c seu §1º, c/c inciso III do art. 13, todos da Lei n.º 8.666/93.
DATA: 14/03/2012

OF. 290

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A



AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2012

Processo Administrativo AA. 120.1.001917/12-30

O Diretor Presidente da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí – EMGERPI torna pública a Ratificação e Homologação da **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2012**. Processo administrativo **AA. 120.1.001917/12-30**, cujo fundamento legal é o artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93 e suas alterações. Favorecido: SECREL SISTEMAS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA. Objeto: Contratação do software gestor hipotecário e do software gestão de imóveis, com locação mensal, manutenção e processamento de contratos de créditos imobiliários da carteira imobiliária da extinta COHAB, da carteira imobiliária do IAPEP e do WEBGI. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Cobertura Orçamentária: Unidade Orçamentária: 210205, Elemento de Despesa: 339039, Fonte de Recurso: 00. Valor: mensal - R\$ 19.151,52 (dezenove mil cento e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos) e total - R\$ 114.909,12 (cento e quatorze mil novecentos e nove reais e doze centavos). Autorizado e ratificado em 23/03/2012.

Teresina, 26 de março de 2012.

Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva
Diretor Presidente da EMGERPI

OF. 306

OUTROS

CALMAPI – INDÚSTRIA DE CALCÁRIO DO PIAUÍ LTDA.

Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMAR - a Licença Prévia para atividade de Indústria de Beneficiamento de Calcário, localizada na Rodovia BR 235 km 100, distrito e município de Santa Filomena, Estado do Piauí. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

LICENÇA AMBIENTAL

A empresa HISADORA CARVALHO SANTOS DE AGUIAR (POSTO AGUIAR) de CNPJ: 14.947.573/0001-31 e Inscrição Estadual 19.496.442-6, localizada na Av: Raimundo Gonçalves, s/n, Nova Descoberta, na Cidade de Itainópolis, no Estado do Piauí. Torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação Ambiental para operação da atividade do Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores.

P. P. 13967

Agropecuária Barras LTDA, CNPJ 09.201.042/0001-65 torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO)** da atividade de Reflorestamento, no imóvel rural denominado de complexo São Luís (Flores, Angelim, Há mais tempo, Cedro e Providência), localizado na zona rural do município de Boa Hora-PI, atendo assim a resolução nº 06/86 do CONAMA.

P. P. 13966

Antonio da Rocha Soares Neto CPF: 581.200.418-879 torna público que **requereu** à SEMAR, o pedido de **Licença de Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO)** da atividade de Carvoejamento, na Fazenda Taboca (Jatobá), localizado na zona rural do município de Palmeirais-PI, atendendo assim a resolução nº 06/86 do CONAMA.

P. P. 13965

NAZARÉ AGROINDUSTRIAL LTDA., instalada no município de Santa Filomena/PI, torna público que **recebeu** junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR a Licença de Instalação de projeto agrícola da Fazenda Serra das Guaribas – Lote 01 A e respectiva Autorização de Desmatamento.

NAZARÉ AGROINDUSTRIAL LTDA., instalada no município de Santa Filomena/PI, torna público que **recebeu** junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR a Licença de Instalação de projeto agrícola da Fazenda Serra das Guaribas – Lote 03 A e respectiva Autorização de Desmatamento.

NAZARÉ AGROINDUSTRIAL LTDA., instalada no município de Santa Filomena/PI, torna público que **recebeu** junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR a Licença de Instalação de projeto agrícola da Fazenda Serra das Guaribas – Lote 20 e respectiva Autorização de Desmatamento.

NAZARÉ AGROINDUSTRIAL LTDA., instalada no município de Santa Filomena/PI, torna público que **recebeu** junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR a Licença de Instalação de projeto agrícola da Fazenda Serra das Guaribas – Lote 22 e respectiva Autorização de Desmatamento.

SERRA GRANDE AGROINDUSTRIAL LTDA., instalada no município de Baixa Grande do Ribeiro/PI, torna público que **recebeu** junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR a Licença de Operação de projeto agrícola da Fazenda Serra Grande.

P. P. 13963



Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central em 08/04/2010

CNPJ: 11.836.228/0001-43
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2011

	2011	2010
ATIVO		R\$ mil
ATIVO CIRCULANTE	4.329	5.460
DISPONIBILIDADES	5	1
Banco Conta Movimento	5	1
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.059	5.446
Aplicação em Fundo de Investimento	4.059	5.446
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	265	13
Empréstimo	227	12
Financiamentos	38	1
(-) Provisão para operações de crédito	(4)	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.966	4.217
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.700	4210
Letras Financeiras do Tesouro	4.700	4210
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	266	7
Empréstimo	202	3
Financiamentos	64	4
(-) Provisão para operações de crédito	0	0
TOTAL DO ATIVO	9.295	9.677
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	154	137
OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	64	62
Impostos e Contribuições a Recolher	64	62
DIVERSAS	90	75
Provisão para Pagamento a Efetuar	65	54
Outras Despesas Administrativas	23	20
Credores Diversos - País	2	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.137	9.540
CAPITAL SOCIAL	10.002	10.002
Capital Realizado	10.002	10.002
(-) Prejuízos Acumulados	(865)	(462)
TOTAL DO PASSIVO	9.291	9.677

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Teresina, 31 de dezembro de 2011

Antonio Rodrigues de Sousa Neto
Diretor Presidente

Lucrecina Pereira da Silva
Diretora Adm. e Financeira

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Diretor de Operações

Roberlene Figueiredo dos S. Souza
Contadora
CRC 5597/O-1



Agência de Fomento e Desenvolvimento
do Estado do Piauí S/A

Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central em 08/04/2010

CNPJ: 11.836.226/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010
			R\$ mil
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(786)	(1.383)	(4.555)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(170)	(403)	(462)
Redução (aumento) de ativos	(561)	(490)	(4.230)
Redução (aumento) de Títulos e Valores Mobiliários	(257)	(490)	(4.210)
Redução (aumento) Operações de Crédito	(304)	(507)	(20)
Redução (aumento) Outros Créditos	0	0	0
Aumento (redução) de Passivos	(55)	17	137
Aumento (redução) de Outras Obrigações	(55)	17	137
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			10.002
Aporte de Capital	0	0	10.002
Acionistas	0	0	10.002
Aumento (redução) de Caixa no Período	(786)	(1.383)	5.447
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES			
No Início do Período	4.850	5.447	0
No fim do Período	4.064	4.064	5.447
Aumento (Redução de Caixa e equivalentes)	(786)	(1.383)	5.447

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Teresina 31 de dezembro de 2011

Antonio Rodrigues de Sousa Neto
Diretor Presidente

Lucrecina Pereira da Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Diretor de Operações

Roberele Figueiredo dos Santos Souza
Contadora
CRC 5597/O-1



Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central em 08/04/2010

CNPJ: 11.836.226/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

De 01 de julho a 31 de dezembro de 2011

	2º Semestre/2011	2011	2010
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	551	1.067	589
Resultado de Op. C/ Tit. e Valores Mobiliários	506	1.009	588
Rendas de Operações de Crédito	43	55	1
Rendas de Prestação de Serviços	2	3	0
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3)	(3)	0
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(3)	(3)	0
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	548	1.064	589
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(718)	(1.467)	(1.051)
Despesas de Pessoal e Honorários	(514)	(1084)	(839)
Outras Despesas Administrativas	(178)	(333)	(184)
Despesas Tributárias	(26)	(50)	(28)
RESULTADO OPERACIONAL	(170)	(403)	(462)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIB. SILUCRO E PARTICIPAÇÕES	(170)	(403)	(462)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	0	0
Provisão para Imposto de Renda	0	0	0
Provisão para Contribuição Social	0	0	0
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0	0
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)	(170)	(403)	(462)
Nº de Ações	1.000.160	1.000.160	1.000.160
Prejuízo por Ação	(R\$ 0,17)	(R\$ 0,40)	(R\$ 0,46)
Valor Patrimonial da Ação	R\$ 9,14	R\$ 9,14	R\$ 9,54

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Teresina 31 de dezembro de 2011

Antonio Rodrigues de Sousa Neto
Diretor Presidente

Lucrecina Pereira da Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Diretor de Operações

Roberele Figueiredo dos Santos Souza
Contadora
CRC 5597/O-1



Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central em 08/04/2010

CNPJ: 11.836.226/0001-43

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2º SEMESTRE/2011				R\$ mil
CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	PREJUÍZO	TOTAL	
SALDO EM 30/06/2011	10.002	0	(695)	9.307
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0	0	0	0
A INTEGRALIZAR	0	0	0	0
PREJUÍZO DO PERÍODO	0	0	(170)	(170)
SALDOS EM 31/12/2011	10.002	0	(865)	9.137
MUTAÇÕES DO PERÍODO	0	0	(170)	(170)

EXERCÍCIO/2011				R\$ mil
CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	PREJUÍZO	TOTAL	
SALDOS INICIAL em 01/01/2011	10.002	0	(462)	9.540
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0	0	0	0
A INTEGRALIZAR	0	0	0	0
PREJUÍZO DO PERÍODO	0	0	(403)	(403)
SALDOS EM 31/12/2011	10.002	0	(865)	9.137
MUTAÇÕES DO PERÍODO	0	0	(403)	(403)

EXERCÍCIO/2010				R\$ mil
CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	PREJUÍZO	TOTAL	
SALDO EM 30/06/2010	10.000	2	(184)	9.818
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0	2	0	2
A INTEGRALIZAR	0	0	0	0
PREJUÍZO DO PERÍODO	0	0	(278)	(278)
SALDOS EM 31/12/2010	10.002	0	(462)	9.540
MUTAÇÕES DO PERÍODO	2	(2)	(278)	(278)

Teresina, 31 de dezembro de 2011

Antonio Rodrigues de Sousa Neto
Diretor Presidente

Lucrecia Pereira da Silva
Diretora Adm. e Financeira

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Diretor de Operações

Roberta Figueiredo dos S. Souza
Contadora
CRC 5597/O-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – PIAUI FOMENTO, sociedade de economia mista, de capital fechado, teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº. 5.823/2008.

O objetivo da PIAUI FOMENTO é a realização de ações de fomento econômico e social do Estado do Piauí, incluindo a realização de operações de financiamento, concessão de garantias, gestão de fundo de desenvolvimento.

No exercício de 2011 a Agência otimizou suas ações de atendimento as micro empresas, aos empreendedores individuais e aos profissionais liberais.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas conforme os preceitos da Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e procedimentos previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Piauí Fomento.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) – A apropriação das despesas e receitas é realizada pelo regime contábil de competência mensal, exceto as operações de crédito vencidas a partir de sessenta dias;

b) – os direitos e obrigações são classificados no ativo e passivo circulante e não circulante, conforme determina as Leis 6.404/1976, 11.638/2007 e 11.941/2009;

c) – os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço;

d) – o imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, a qual é calculada pelo método linear com base na vida útil do bem;



e) – provisões para férias e 13º salário são calculadas com base na remuneração dos funcionários inclusive com os todos os encargos;

f) - as Contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65% e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS para as Instituições Financeiras, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei nº. 9.718, de 27 de novembro de 1998;

g) - caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo;

h) – as “Operações Crédito” estão demonstradas pelo valor de realização, incluindo os rendimentos incorporados em função de fluência de prazos contratuais das mesmas;

i) - a “Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante considerado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros definidos pelo Banco Central através da Resolução nº. 2.682/1999;

4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

R\$ mil

Descrição	Prazos	2011		2010	
		Saldo aplicação	Receitas	Saldo aplicação	Receitas
Títulos Públicos Federais - LFTB	Não Circulante	4.700	490	4.210	173
Cotas de Fundo de Investimento	Circulante	4.059	519	5.446	327
Total	-	8.759	1.009	9.900	498

O valor de R\$ 4.700 registrados em Letras Financeiras do Tesouro série “B” corresponde a 936 títulos, emitidos em 29 de junho de 2010 com vencimento em 06 de setembro de 2015. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais. O resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

O montante de R\$ 4.059 refere-se a cotas de fundos de investimento em renda fixa aplicados no Banco do Brasil, apresentado rentabilidade de 5,97% e 11,35 no último semestre e nos últimos 12 meses respectivamente.

5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A classificação nos graus de riscos são os definidos pela Resolução nº. 2.682/1999 do Banco Central do Brasil.

a) Composição por atividade econômica

A Vencer

Setor Privado	2011				2010			
	Até 180 dias	De 180 a 360	Mais 360	Total	Até 180 dias	De 180 a 360	Mais 360	Total
Comércio	67	79	155	301	6	6	3	15
Serviços	27	30	96	153	0,5	0,5	4	5
Indústria	6	5	14	25	-	-	-	-
Piscicultura	47	-	-	47	-	-	-	-
Total	147	114	265	526	6,5	6,5	7	20

Vencidas

Setor Privado	2011			2010		
	De 15 até 60 dias	De 61 até 180 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360	Total
Comércio	2	2	4	-	-	-
Serviços	1	-	1	-	-	-
Indústria	-	-	-	-	-	-
Piscicultura	-	-	-	-	-	-
Total	3	2	5	-	-	-

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

A vencer

R\$ mil

Nível de Risco	2011				2010			
	Até 180 dias	De 180 a 360	Mais 360	Total	Até 180 dias	De 180 a 360	Mais 360	Total
A	140	105	253	498	6	6	3	15
B	4	5	5	14	0,5	0,5	4	5
C	-	-	4	4	-	-	-	-
D	3	3	4	10	-	-	-	-
Total	147	113	266	526	6,5	6,5	7	20

Vencidas

R\$ mil

Setor Privado	2011			2010		
	De 15 até 60 dias	De 61 até 180 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360	Total
A	1	-	1	-	-	-
B	1		1	-	-	-
C	0,5	-	0,5	-	-	-
D	1	0,5	1,5			
E	-	1	1			
Total	3,5	2	5	-	-	-

d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

R\$ mil

Nível de Risco	2011		2010	
	Provisão %	Valor da Provisão	Provisão %	Valor da Provisão
A	0,50	2,0	0,50	1
B	1,00	0,3	-	-
C	3,00	0,2	-	-
D	10,00	1,0	-	-
E	30,00	0,5	-	-
TOTAL		4	-	1

6 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

R\$ mil

Obrigações	2011		2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fiscais e Previdenciárias	64	00	62	00
Férias	65	00	54	00
Outros/Fornecedores-Serviços	25	00	21	00
Total	154	00	137	00

As outras obrigações referem-se a provisões para férias, tributos e fornecedores com vencimentos para o mês seguintes, cujo fato gerador ocorreu no mês de dezembro de 2010. Não existem obrigações em atraso a Agência honra todos os compromissos rigorosamente em dia.

7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito é de R\$ 10.001.600,00, tendo sido totalmente integralizado, representado por 1.000.160 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Qtde.	Percentual
Estado do Piauí	1.000.000	99,98%
Outros	160	0,02%
Total	1.000.160	100,00%

8 - RESULTADO DO PERÍODO

• Composição das Receitas

Discriminação	2011	2010
Renda de Títulos e Valores Mobiliários	1.009	588
Rendas de Operações de Crédito	55	1
Rendas de Prestação de Serviços	3	0
Outras Receitas Operacionais	0	0
Total	1.067	589

As receitas de Títulos e valores Mobiliários são decorrentes de aplicação em Fundo de Investimento no Banco do Brasil e a aplicação em Títulos Públicos Federais.

• Composição das Despesas

R\$ mil

Discriminação	2011	2010
Despesas de Honorários	531	419
Despesas de Pessoal	553	420
Outras Despesas Administrativas	333	184
Despesas Tributárias	50	28
Total	1.467	1.051

As despesas de pessoal e honorários estão incluídas as provisões para férias e 13º salário e os encargos sociais; as outras despesas administrativas são os dispêndios realizados com fornecedores e bens e serviços e as despesas tributárias são decorrentes do pagamento do PIS e da COFINS.

No exercício de 2011 o resultado negativo foi de R\$ 403 mil e o prejuízo por ação de R\$ 0,40.

O valor patrimonial da ação em 30 de junho de 2011 é R\$ 9,14

Em virtude do resultado negativo foi realizada a apuração de Lucro Real não resultou em impostos sobre o lucro a pagar, por este motivo não foi constituída provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.



Diário Oficial

9 - ACORDO DE BASILÉIA

A Resolução nº. 3.383, de 30 de abril de 2008, do Conselho Monetário Nacional, estabeleceu, a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado com grau de risco da estrutura de seus ativos. A agência optou pela metodologia – I Abordagem do Indicador Básico. Em 31 de dezembro de 2011, o total do patrimônio líquido exigido, em relação ao patrimônio de referência, apresentou índice de 10,49%, conforme demonstrado a seguir:

Ord	Descrição	Saldo	Risco
1	Risco Nulo – 0%	4.700	0
2	Risco Reduzido – 20%	5	1
3	Risco Reduzido – 50%	0	0
4	Risco Reduzido – 70%	0	0
5	Risco Normal – 100%	4.522	4.522
6	Risco Normal – 150%	65	97
7	Ativo Ponderado pelo Risco = (1+2+3+4+5+6)	-	4.620
8	Parc. Exposição Ponderada Fator de Risco – PEPR = (11% *7)		508
9	Parcela Referente ao Risco Operacional – POPR		450
10	Patrimônio de Referência Exigido – PRE = (8+9)		958
11	Patrimônio de Referência – PR		9.136
12	Margem para o Limite de Basileia = (11-10)		8.178
13	Margem para o Limite de Imobilização = (50% *11)		4.568

10 – RECURSOS HUMANOS

O quadro de pessoal da Agência é formado por servidores cedidos pelo Governo do Estado do Piauí, por força nº da Lei 5.823/2008, lei de criação da Agência, exceto a Diretoria Executiva e os Assessores.

11 – CONTIN ÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALISTAS

Todas as declarações de rendimentos, retenções e contribuições sociais foram apresentadas, no entanto as mesmas estão sujeitas a revisão e eventuais lançamentos por parte das autoridades tributárias. Não existe auto de infração contra a Agência, nem indicação de contingências referentes com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são reconhecidos contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis na são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

De acordo com opinião dos assessores jurídicos, não existem processos classificados dentro dos critérios com risco Provável ou Possível, não existindo provisão e nem divulgação.

Teresina, 31 de dezembro de 2011.

Antônio Rodrigues de Sousa Neto
Diretor Presidente

Lucrecia Pereira da Silva
Diretora Adm. e Financeira

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Diretor de Operações

Roberlene Figueiredo dos Santos
Souza
Contador
CRC 005597/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da **Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – PIAUÍ FOMENTO**, nos termos do artigo 142, V da Lei nº 6.404/76 e artigo 26, VI, do Estatuto Social, após apreciar o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório dos Auditores Independentes aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Teresina, 27 de março de 2012.

Antonio Silvano Alencar de Almeida
Presidente

Adão de Castro Souza **Judas Tadeu de Andrade Maia**
Conselheiro Conselheiro

Francisco Reinaldo Rebelo Sampaio
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S/A**, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis relativas ao período de **01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011**, baseando-se nos documentos examinados e no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalva, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S/A**, são de opinião de que as referidas Demonstrações Contábeis encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como encaminhado para publicação.

Teresina, 03 de março de 2012.

ANTONIO LUIZ DE ALMEIDA FILHO
Conselheiro

ODIMIRTES ARAÚJO C. REIS NEVES **EVALDO CUNHA CIRÍACO**
Conselheira Conselheiro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dezembro/2011

A Agência de Fomento do Estado do Piauí S/A – PIAUÍ FOMENTO, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação dos acionistas e da sociedade em geral, o seu Relatório da Administração.

1. APRESENTAÇÃO

A PIAUÍ FOMENTO é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, supervisionada pelo Banco Central do Brasil, regida pelo Estatuto Social, pela Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Foi criada em 2008 por força da Lei Estadual nº. 5.823 de 30 de dezembro de 2008. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 08 de abril de 2010 e iniciou suas atividades em 1º de julho de 2010.

O Relatório de Administração publicado juntamente com as demonstrações contábeis do encerramento do período contempla também as publicações determinadas pela Resolução 3.604, de 29/08/2008 (publicação das Demonstrações de Fluxo de Caixa), do Conselho Monetário Nacional; e, Circular 2.804, de 11/02/1998 (publicação das Demonstrações Financeiras), do Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2011 foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, às Normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

2. - ESTRATÉGIAD E ATUAÇÃO

A PIAUÍ FOMENTO aliada ao projeto de desenvolvimento do Governo do Estado do Piauí tem como objetivo realizar a inclusão creditícia, estimular o crescimento econômico e a geração de emprego e renda através de apoio aos empreendimentos locais, aos arranjos produtivos, a internalização dos efeitos dos grandes investimentos e interiorização do desenvolvimento.

3. - POLÍTICA DE CRÉDITO

A Política de Crédito da PIAUÍ FOMENTO está voltada para o atendimento aos setores do agronegócio, indústria, comércio, serviços, piscicultura e turismo em consonância com o projeto de implantação da Agência aprovado pelo Banco Central. Desta forma, a AGÊNCIA iniciou suas atividades operacionais com as seguintes linhas de crédito:

- Piauí Fomento Giro – destinado ao financiamento de capital de giro;
- Piauí Fomento Investimento – destinado ao financiamento de investimentos fixos e semi-fixos;
- Piauí Fomento Misto - para o atendimento aos projetos de financiamento de capital de giro e investimentos;
- Piauí Fomento AcreditEI – específica para o atendimento do Empreendedor Individual – EI;
- Piauí Fomento Piscicultura – destinada ao atendimento aos projetos de financiamento de custeio e equipamentos de pequeno porte;
- Piauí Fomento Fornecedores - destinada ao atendimento de fornecedores do Estado do Piauí.

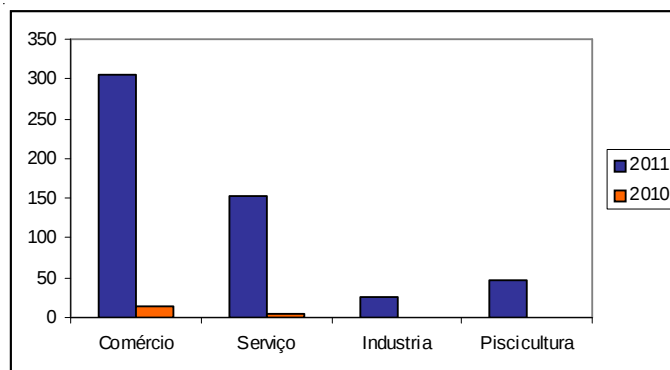
3.1 - Fonte de Recursos

Os recursos para a aplicação nestas linhas de crédito são oriundos de recursos próprios da Agência.

3.2 - Aplicação das Linhas de Crédito

- Estas linhas de crédito são destinadas aos financiamentos de micro e pequenos empreendimentos, profissionais liberais e empreendedores individuais, nos setores do comércio, indústria, serviço e agronegócio. A aplicação dos recursos evolui de R\$ 20 mil em 2010 para R\$ 538 em 2011.

Composição da Carteira em dezembro de 2011



3.3 – Interiorização do Crédito

A PIAUÍ FOMENTO se integra ao projeto do governo estadual na diversificação territorial do desenvolvimento social/econômico apoiando empreendedores no interior do estado, com o objetivo de fomentar o crescimento da produção, da renda e da geração de postos de trabalho, trazendo reflexos positivos para a integração social. Em 2011 foram realizados financiamentos nas cidades de Barras, Demerval Lobão, Elesbão Veloso, José de Freitas, Lagoa Alegre, Luzilândia e Marcolândia. A AGÊNCIA está mantendo contato com órgãos do Estado, visando parceiras, como forma de atuar em todo o Estado do Piauí.

3.4 – Geração de Emprego e Renda

A aplicação de recursos é voltada para os micros e pequenos negócios, os quais tem uma capacidade maior de geração de emprego por volume de recursos empregado. Em 2011 foram aplicados através das linhas de crédito da PIAUÍ FOMENTO R\$ 538 mil que proporcionaram 84 empregos diretos e melhoria de renda de 99 empreendedores.

4 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS

FUNDO ESPECIAL DE PRODUÇÃO - FEP

Constituído através da Lei nº. 6.032/2010, de 06 de dezembro de 2010, e regulamentado pelo Decreto Nº 14.413, de 11 de fevereiro de 2011, Através do Decreto Nº 14.630, de 08 de novembro de 2011, foi constituído o Conselho Gestor do Fundo Especial de Produção – COGEF, que compete a administração do mesmo. O Fundo encontra-se em fase de implantação e aguardando os recursos necessários para operacionalização

Aplicação dos Recursos do FEP

- Financiamento de investimento ao pequeno produtor rural, ao microempresário, ao microempreendedor individual e as micro e pequenas empresas.

FUNDO GARANTIDOR AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ - FUNGEP

Este Fundo foi constituído para facilitar o acesso dos empreendedores individuais e das micro e pequenas empresas ao crédito bancário. Criado através da Lei nº. 6.022/2010, de 18 de outubro de 2010, e regulamentado através do Decreto Nº 14.381, de 05 de janeiro de 2011

Através do Decreto Nº 14.551, de 04 de agosto de 2011, foi constituído o Conselho Gestor do Fundo Garantidor aos Micros e



Pequenos Empreendimentos do Estado do Piauí – COFUNGEP. Em 09 de setembro de 2011, foi realizada a 1ª reunião do COFUNGEP que deliberou sobre a eleição do presidente; instituiu o Regimento Interno; aprovou o Regulamento das Operações que terão outorga de garantia do Fundo; e nomeou a secretaria executiva.

A finalidade FUNGEP é prover recursos financeiros para complementar garantia nas operações de crédito concedidas pela PIAUÍ FOMENTO e por outras instituições financeiras, a investimentos em atividades produtivas no Estado do Piauí.

Aplicação de Recursos do FUNGEP

São passíveis de atendimento com garantia do FUNGEP as operações de crédito destinadas a atividades industriais, comerciais, agrícolas, pecuárias, agroindustriais, extrativas, artesanais e de prestação de serviços, realizadas por:

I - microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - cooperativas ou associações de produção que congreguem pequenos produtores;

III - profissionais autônomos e liberais.

O Fundo está aguardando aporte de recursos financeiros para sua operacionalização.

5 – PARCERIAS

A AGÊNCIA firmou parcerias com a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO PIAUÍ – CAAPI, em 31 de março de 2011, e com o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI, em 29 de abril de 2011, com o objetivo do estabelecimento de ações voltadas ao fortalecimento da capacidade empresarial e da competitividade dos advogados, engenheiros, agrônomos e arquitetos por meio de ações voltadas à ampliação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros e também ao aumento do intercâmbio de informações.

PIAUI FOMENTO foi incluída como membro do Fórum Regional das micros e empresas de pequeno porte do Estado do Piauí, a partir do mês de junho/2011 conforme previsto no artigo 3º do Decreto Nº 13.407, de 1º de dezembro de 2008, que instituiu o Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Piauí, estabelece que, dentre outras atribuições, caberá ao Fórum a coordenação de políticas de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como, acompanhar e avaliar, no Estado, os aspectos concernentes à implementação dos mecanismos estipulados pela Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Desde o início de suas atividades, a PIAUÍ FOMENTO mantém importante parceria com o SEBRAE destinada ao atendimento ao Empreendedor Individual, as micros e pequenas empresas. Em 2011 foram realizadas palestras, participação em feiras, eventos e treinamentos na área de gestão de negócios.

6 – GESTÃO DE RISCOS

Em atendimento ao disciplinado pelo Conselho Monetário Nacional como também visando resguardar o Patrimônio da Instituição e prestar serviços de qualidade, o Conselho de Administração procedeu à revisão anual das políticas de riscos abaixo relacionadas implantadas no ano de 2011:

- Risco Operacional que trata de a Resolução nº. 3380/06;

Este risco se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Tendo por base esta matriz de risco operacional é realizado o monitoramento das perdas. Este mapeamento é utilizado como instrumento para o Comitê de Riscos avaliar a gestão dos riscos operacionais e sugerir à administração os ajustes necessários.

- Risco de Mercado e Liquidez que tratam de as Resoluções nºs. 2.804/200 e 3.464/07;

O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O Risco de Liquidez é o risco decorrente de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis ocorrendo desta forma um “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

- Risco de Crédito que trata de a Resolução nº. 3721/09;

O Risco de Crédito é entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.

Relativamente ao Risco de Crédito a Agência utiliza metodologia de classificação de risco de cliente baseado nas melhores práticas do mercado e ainda o previsto da Resolução nº. 2682/99 do Conselho Monetário Nacional. Esta classificação considera os aspectos cadastrais do cliente, o histórico na Agência e seu relacionamento com o mercado.

- Sistema de Controle Interno que trata a Resolução nº. 2.554/99

Trata-se de conjunto de instrumentos e procedimentos necessários para garantir, com razoável certeza, que os objetivos estratégicos serão alcançados com eficiência e efetividade operacional e administrativa, bem como assegurar a observância das leis e normativos aplicáveis à Instituição.

As políticas relativas à sua execução dos citados riscos estão alinhadas aos objetivos da instituição e se apresentam descritas em normativos internos, os quais definem as diretrizes e os controles a serem observados.

As estruturas definidas foram implementadas em toda a instituição para o efetivo gerenciamento de riscos operacionais, de mercado e liquidez e de crédito, com estabelecimento de controles internos compatíveis com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos, atividades realizadas.

7-LAVAGEM DE DINHEIRO

A lei Nº 9.613, de 03 de fevereiro de 1998, dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

O Banco Central, através da Carta-Circular 2.826/98 e Circular 3.461/09 determina que as instituições financeiras implementem políticas e procedimentos internos de controle, destinados a prevenir a utilização da prática dos crimes conhecidos popularmente com “lavagem de dinheiro”.

Em razão do que determina tanto a legislação como a sua regulamentação, a PIAUÍ FOMENTO estabeleceu um conjunto de normas e diretrizes denominado POLÍTICA E PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO, com vistas a identificar o envolvimento da AGÊNCIA e de seus colaboradores internos em ações criminosas para conversão de ativos ilícitos em ativos lícitos.

Como forma de divulgação dessa política e procedimentos, a AGÊNCIA e realizou treinamento para toda a equipe, através de palestra sobre a Política e Procedimentos de Combate à Lavagem de Dinheiro; distribuição de Cartilha pedagógica sobre o assunto; e expedição de certificado de participação no treinamento.

8 - OUVIDORIA

A Ouvidoria foi instituída com o objetivo de receber e tratar as reclamações dos clientes que não forem solucionadas pelo atendimento habitual. Para tanto, a AGÊNCIA disponibiliza aos seus clientes telefone gratuito 0800-0860006, email e endereço para correspondências. Neste exercício não houve demandas, somente foram registradas solicitações informações de clientes.

9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

Para a formação do Capital Social da PIAUÍ FOMENTO foi realizada integralização inicial por parte do Governo do Estado no valor de R\$ 10 milhões restando R\$ 20 milhões.

Capital inicial: R\$ 10.001.600,00 subscritos, cabendo ao Estado do Piauí a participação de 99,98% do capital social e 0,02% para os demais sócios.

RESULTADO DO PERÍODO

O prejuízo no semestre foi de R\$ 403 mil, com prejuízo por ação de R\$ 0,40 e valor patrimonial da ação de R\$ 9,14, em 31 de dezembro de 2011.

10 - PLANEJAMENTO

Perspectivas e planos

Os planos da Agência têm por prioridade as ações de fomento que resultem na sua viabilidade econômico-financeira e no desenvolvimento do Estado do Piauí. Assim, as ações na área de financiamentos têm por objetivo a apoiar empreendimentos econômicos privados visando o crescimento do setor produtivo e a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários.

Novos Produtos

A AGÊNCIA vai operar com o Fundo Especial de Produção – FEP e o Fundo Garantidor aos Micro e Pequenos Empreendimentos do Estado do Piauí – FUNGEP. Para tanto, está aguardando o aporte de recursos necessários para operacionalização desses Fundos.

De início, os recursos do Fundo Especial de Produção – FEP serão aplicados no Programa Mais Viver do Estado do Piauí através da Linha de Crédito PIAUÍ FOMENTO MAIS VIVER, que tem como finalidade o financiamento de pequenos negócios para inclusão produtiva de pessoas naturais, preferencialmente mulheres, residentes nas zonas urbanas dos municípios da grande Teresina.

Ainda dentro dessa ação de inclusão produtiva, a PIAUÍ FOMENTO deverá lançar a linha de crédito PIAUÍ FOMENTO JOVEM, que tem como público alvo jovens, preferencialmente os estudantes e egressos de escolas públicas, que serão contemplados com financiamento para o exercício de alguma atividade que lhe forneça conhecimento, experiência e renda.

A AGÊNCIA está se articulando para repassar recursos do BNDES através do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Esses recursos recebem subvenção do governo federal como forma de tornar mais baixa a taxa de juros.

Terá início em 2012 a criação de um banco de dados, com informações econômicas e sociais do Estado do Piauí, com a finalidade de atração de novos investimentos para o Estado.

11 - AGRADECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio e a confiança do Governador do Estado do Piauí e dos demais Acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, reconhece também a dedicação do corpo funcional desta instituição e a confiança dos fornecedores e prestadores de serviços que de forma consciente, estão contribuindo na implantação e estruturação da PIAUÍ FOMENTO.

Teresina, 31 de dezembro de 2011.

Antonio Rodrigues de Sousa Neto
DIRETOR PRESIDENTE

Lurecina Pereira da Silva
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
DIRETOR DE OPERAÇÕES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores,
ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S/A
Teresina/PI

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados na circunstância, mas não para expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S/A. Uma auditoria inclui também a avaliação e adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S/A**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 03 de fevereiro de 2011, não contendo modificação.

Teresina/PI, 13 de janeiro de 2012.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 113/S PI

José Emerson Firmino
Contador CRC/RN nº 6570/O "S" PI

OF. 014



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DIAVE EMPREENDIMENTOS AVICOLAS S/A
CNPJ Nº 07.461.783/0001-50

São convocados os senhores acionistas a se reunir em AGO , que se realizará no dia 30 de abril de 2012, às 09:00 horas, na sede social , na Br 316 Km 46, Lagoa do Piauí., a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, b) destinação dos prejuízos do exercício findo. Comunicamos que se encontram á disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 132 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Lagoa do Piauí, 28 de março de 2012.

P.P. 13958
3-2



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO
DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CATEGORIA

EDITAL Nº 11 – DPE/PI, DE 28 DE MARÇO DE 2012

A Defensora Pública-Geral do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.97-A, inciso I da LC Nº 80/94 e art. 13, inciso XX da L.C Nº 059/2005, de acordo com o art. 37, III da Constituição Federal e o previsto no art. 13.5 do EDITAL Nº 1 – DPE/PI, de 1º de setembro de 2009, do CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CATEGORIA DO ESTADO DO PIAUÍ, com resultado final na avaliação de títulos e homologação do resultado final do concurso publicado no Diário Oficial do Estado nº 33 de 31/03/10,

RESOLVE:

Prorrogar por mais 02(dois) anos, a contar de 31/03/2012, o prazo de validade do concurso público realizado pela Defensoria Pública Estadual do Piauí e executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB), com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil, para provimento de vagas no cargo de Defensor Público de 1ª Categoria, do Quadro de Pessoal desta Defensoria Pública.

PUBLIQUE-SE

Teresina, 28 de março de 2012

NORMABRANDÃO DE LAVENÈRE MACHADO DANTAS
Defensora Pública-Geral

OF. 148



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO ADITIVO AO EDITAL nº 0010/2012

TERMO nº 002

A presidenta da comissão organizadora do processo seletivo para os cargos de professor e técnico agrícola para atuarem nas Escolas Família Agrícola no curso técnico de nível médio, no uso de suas atribuições, conforme a **Portaria GSE/ADM nº 0039/2012**, torna público a alteração no quadro de vagas para a 3ª GRE (terceira Gerência Regional de Educação) anexo I deste aditivo, e consequentemente a alteração no cronograma anexo II conforme descrito abaixo.

Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Piauí, em 27/03/2012

Presidenta da Comissão Organizadora do Edital SEDUC-PI nº 0010/2012

Silvana Ribeiro Dias Vieira

ANEXO I - DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	Área de atuação – nº de vagas – Carga horária		
			Nível Médio Técnico Agrícola	Total de vaga	Carga horária semanal
3ª	PEDRO II	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA SANTA ÂNGELA	01	01	40h

ANEXO II - CRONOGRAMA

DATA	ATIVIDADE
	Lançamento e Divulgação do Edital
27, 28 E 29/03/2012	Inscrições com entrega de currículo
30/03 e 02 /04/2012	Remessa das inscrições para Comissão Julgadora
03, 04 e 05/04/2012	Análise dos currículos
09 e 10/04/2012	Divulgação dos Resultados
11 e 12/04/2012	Prazo para encaminhamento de solicitação de revisão da análise de currículo
13 e 16/04/2012	Prazo para análise do recurso
17/04/2012	Divulgação do resultado FINAL da seleção

OF. 121